

Coleção de Linguística

Coordenadores

Gabriel de Ávila Othero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Sérgio de Moura Menuzzi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



Conselho consultivo

Alina Villalva – Universidade de Lisboa

Carlos Alberto Faraco – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Dante Lucchesi – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Leonel Figueiredo Alencar – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Letícia M. Sicuro Correa – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Luciani Ester Tenani – Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)

Maria Cristina Figueiredo Silva – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Roberta Pires de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Roberto Gomes Camacho – Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)

Valdir Flores – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camara Jr., Joaquim Mattoso

Estrutura da Língua Portuguesa / Joaquim Mattoso Camara Jr. ;
edição, estabelecimento de texto, introdução e notas de Emílio Gozze Pagotto,
Maria Cristina Figueiredo Silva e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2019. – (Coleção de Linguística)

Bibliografia.

ISBN 978-85-326-5852-4

1. Português – Gramática I. Pagotto, Emílio Gozze.
II. Silva, Maria Cristina Figueiredo. III. Santiago-Almeida,
Manoel Mourivaldo. IV. Título. V. Série.

18-17773

CDD-469.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Gramática : Português : Linguística 469.5

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

Estrutura da Língua Portuguesa

Edição crítica

Edição, estabelecimento de texto, introdução e notas de
Emílio Gozze Pagotto, Maria Cristina Figueiredo Silva e
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

As vogais e as consoantes portuguesas

16 INTRODUÇÃO: BREVE HISTÓRIA DA DESCRIÇÃO FONÉTICA DO PORTUGUÊS

Consideremos agora o problema descritivo dos fonemas portugueses nas suas duas modalidades de vogais e consoantes.

Em referência às vogais, a realidade da língua oral é muito mais complexa do que dá a entender o uso aparentemente simples e regular das cinco letras latinas vogais na escrita. O que há são sete fonemas vocálicos multiplicados em muitos alofones. Os falantes de língua espanhola têm, em regra, dificuldade de entender o português falado, apesar da grande semelhança entre as duas línguas, por causa dessa complexidade em contraste com a relativa simplicidade e consistência do sistema vocálico espanhol. Portugueses e brasileiros, ao contrário, acompanham razoavelmente bem o espanhol falado, porque se defrontam com um jogo de timbres vocálicos menor e menos variável que o seu próprio.

Em sua clássica exposição da pronúncia normal do português europeu, Gonçalves Viana procurou cingir rigorosamente a realidade fonética (VIANA, 1892). Mais tarde, embora já numa época em que se ia impondo a orientação fonêmica na Europa e na América do Norte, Sá Nogueira levou ainda mais longe a subdivisão dos timbres vocálicos. Gonçalves Viana

tratou no mesmo plano o que hoje distinguiríamos, de um lado, como fonemas, e como variantes posicionais, de outro lado. Sá Nogueira procurou indiscriminadamente destacar e dar *status* do que ele, como já fizera Gonçalves Viana, chamou “fonemas”, compreendendo em sua enumeração, num mesmo plano, variantes posicionais, variantes livres (misturando dialetos sociais e até registros diversos) de par com os verdadeiros fonemas (SÁ NOGUEIRA, 1938).

No Brasil, o enfoque da língua oral começou com Franco de Sá numa obra que ficou infelizmente fragmentária (SÁ, 1915). Não vai muito longe no rigor fonético, porque Franco de Sá, um antigo político retirado da vida pública, não era foneticista de formação, como foi Gonçalves Viana e mesmo Sá Nogueira, e além disso não foi um observador direto da fala em si mesma. O seu método parte, em última análise, da língua escrita, pois o que ele pretende é examinar a maneira por que cada letra vogal é pronunciada nos vocábulos em que se escreve. A sua doutrina é que as cinco letras vogais, na pronúncia “cultura” brasileira, têm três variedades de timbre, que ele chama respectivamente “aberto”, “fechado” e “surdo” (SÁ, 1915: 180). É o que está na base de todas as descrições posteriores, até a atual Nomenclatura Gramatical Brasileira. Apenas o termo *surdo* foi substituído pelo termo *reduzido*, que aparece esporadicamente em Gonçalves Viana. Provavelmente *surdo* pareceu denominação imprópria, em vista do seu sentido geral, na terminologia fonética portuguesa, de (som) emitido sem vibração das cordas vocais, em contraste com “sonoro”. Neste sentido específico, as vogais são normalmente “sonoras”, embora haja variantes posicionais surdas, propriamente ditas, em certos contextos e registros (LEMLE, 1966: 33)^{vii}.

Afora essa questão terminológica, a espinha dorsal do critério classificatório de Franco de Sá, que continuou até hoje, é a atribuição de um *status* próprio a certos timbres específicos do /a/, do /i/ e do /u/ em determinadas posições átonas. Focalizando-se a rigor a letra, considerou-se como <a> surdo, ou reduzido, uma articulação levemente posterior do fonema /a/ em posição átona (a bem dizer, a posição átona final torna a articulação

diferente, a mais, da átona pretônica), e, como <e> surdo, ou reduzido, e <o> surdo, ou reduzido, o que a rigor são timbres alofônicos do /i/ e do /u/, respectivamente, em posição átona final, como por exemplo em *vide* ou *fruto*. Em relação ao <e> surdo, Franco de Sá também assim denomina o [e] neutro, que é típico da fonologia lusitana em contraste com a brasileira, e este, sim, se deve considerar um alofone posicional da vogal /e/ (não se justifica a interpretação de alguns fonólogos portugueses no sentido de que se trata de um verdadeiro fonema).

Ora, numa orientação fonêmica, como foi apresentada no capítulo anterior, o que importa é que os sons vocálicos, classificados como “surdos” ou “reduzidos”, são consequência da posição átona da vogal. Uma classificação em linhas fonêmicas não procura, como norma classificatória, a identidade de timbre, que aliás nunca se encontraria a rigor em termos meticolosamente fonéticos. O que interessa são as propriedades ou traços distintivos. Diferenças, até fisicamente muito grandes, podem resultar na mesma coisa, a^{viii} considerá-las desse ponto de vista.

17 AS VOGAIS PORTUGUESAS EM POSIÇÃO ACENTUADA

Para as vogais portuguesas, a presença do que se chama **acento**, ou particular força expiratória (**intensidade**), associada secundariamente a uma ligeira elevação da voz (**tom**), é que constitui a posição ótima para caracterizá-las. A posição tônica nos dá em sua plenitude e maior nitidez (desde que se trate do registro culto formal) os traços distintivos vocálicos.

Desta sorte, a classificação das vogais como fonemas tem de partir da posição tônica. Daí se deduzem as vogais distintivas portuguesas.

Elas constituem então o que Trubetzkoy chamou um sistema vocálico triangular (TRUBETZKOY, 1929: 39s.). Há uma série de vogais anteriores, com um avanço da parte anterior da língua e a sua elevação gradual, e outra série de vogais posteriores, com um recuo da parte posterior da língua e a sua elevação gradual. Nestas há, como acompanhamento, um

arredondamento gradual dos lábios. Entre umas e outras, sem avanço ou elevação apreciável da língua, tem-se a vogal /a/ como vértice mais baixo de um triângulo de base para cima. A articulação da parte anterior, central (ligeiramente anterior) e posterior da língua dá a classificação articulatória de vogais – anteriores, **central** e posteriores. A elevação gradual da língua, na parte anterior ou na posterior, conforme o caso, dá a classificação articulatória de vogal **baixa**, vogais **médias de 1º grau** (abertas), vogais **médias de 2º grau** (fechadas) e vogais **altas**. O dispositivo fica o seguinte:

altas		/u/		/i/
médias	2º grau	/o/		/e/
	1º grau	/ɔ/		/ɛ/
baixa			/a/	
		posteriores	central	anteriores

Helmut Lüdtkke, numa recente exposição do vocalismo do português europeu em termos fonêmicos (“fonemáticos”, como ele prefere dizer puristicamente)⁵, considera uma classificação auditiva, chamando as vogais anteriores “claras” e as posteriores “escuras” (ou, poderíamos dizer, “abafadas”), o que torna a vogal central “média” (nem “clara” nem “escura”), mas na realidade “não escura”^{ix}, pois, como vimos, é ligeiramente anterior. Em vez da tripartição articulatória, considera as vogais “fechadas” (correspondentes às altas), as vogais “abertas” (correspondentes à vogal baixa e às médias de 1º grau), com um meio-termo de vogais “médias” (as médias de

5. O uso de “fonemático”, cedo proposto por Louis Gray (GRAY, 1939: 62), parte da consideração purista de que os neutros em *-ma*, em grego, têm o radical reduzido no nominativo e os derivados devem ser tirados do radical completo do genitivo; assim *phonéma* → *phonematos* deve dar o derivado *fonemático*, como se tem *gramático*, *matemático*, *dramático* e assim por diante. Bloomfield, a quem se deve o adjetivo *phonemic* em inglês (1933), tirou-o diretamente do substantivo inglês *phoneme*.

2º grau). Essas médias também poderiam ser ditas “não fechadas” (LÜDTKE, 1953: 200-202)⁶.

No português do Brasil, a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte (ex.: *amo*, *lenha*, *sono*) elimina as vogais médias de 1º grau e torna a vogal baixa central levemente posterior, em vez de anterior, o que auditivamente lhe imprime um som abafado. Essa situação normal brasileira (que coincide no português europeu com a do Alentejo) difere da “pronúncia normal portuguesa”, estabelecida por Gonçalves Viana na base do dialeto de Lisboa. Lá, a existência, na sílaba imediatamente seguinte, de uma consoante nasal não suprime a possibilidade de vogais médias de 1º grau (/ɛ/, /ɔ/) nem a do /a/ central levemente anterior (não escuro ou não abafado).

Por isso, baseados nessa pronúncia normal (lisboeta), os modernos fonólogos europeus, como Helmut Lüdtke e Jorge Morais Barbosa (BARBOSA, 1965: 58s.), estabelecem dois fonemas /a/ em português europeu: /a/ levemente anterior e claro (substituído na pronúncia normal brasileira pela variante posicional [ɐ], levemente posterior e abafado diante de consoante nasal da sílaba seguinte) e /ɐ/, justamente, que aí pode, ou não, aparecer, formando oposição com /a/. O exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre *-ámos* (terminação no pretérito perfeito: *Ontem cantámos*) e *-amos* (terminação no presente: *Cantamos agora e sempre*). Tal oposição parece muito frequente, por causa do grande número de verbos da 1ª conjugação; mas em última análise não o é, pois só depende de duas terminações únicas.

No Brasil essa mesma oposição aparece esporadicamente. Mas não corresponde sequer a um registro formal bem determinado e firme; é inconsistente nos próprios indivíduos que uma ou outra vez timbram em fazê-la. O rendimento da oposição é tão mínimo e incoerente que, com mais razão

6. A terminologia de Lüdtke é defeituosa pelo emprego de *média* em dois sentidos: posição intermediária na atuação horizontal da língua e na sua elevação, ou situação vertical.

do que faz o linguista sino-norte-americano Yuen-Ren-Chao para a distinção do <th> inglês entre sonoro (com vibração das cordas vocais) e surdo (sem essa vibração e de muito o mais frequente), cabe perguntar se vale a pena levar em conta tal oposição na descrição fonêmica (CHAO, 1968: 40).

Desprezei-a, para o português culto formal do Brasil, desde 1948 (CAMARA JR., 1953: 71), e mantenho aqui o mesmo critério de descrição fonológica.

Há assim sete vogais (partindo-se da posição tônica), que se reduzem a cinco (com uma variante posicional [ɐ]) diante de consoante nasal na sílaba seguinte^{7, x}:

altas	/u/		/i/
médias		/o/	/e/
baixa		/a/→[ɐ]	
	posteriores	central	anteriores

18 AS VOGAIS PORTUGUESAS EM POSIÇÃO ÁTONA

Há em seguida para considerar a alofonia que resulta das posições átonas. Aí são bastante diferentes^{xi} o vocalismo do português europeu (na base do dialeto de Lisboa) e o do português brasileiro (na base do registro formal do dialeto social culto na base da área do país cujo centro é o Rio de Janeiro).

Todos os fonemas vocálicos, em termos fonéticos, apresentam variação articulatória e auditiva, então. Mas o que essencialmente caracteriza as posições átonas é a redução do número de fonemas. Isto é, mais de uma oposição desaparece ou se suprime, ficando para cada uma um fonema em vez de dois. É o que Trubetzkoy tornou um conceito clássico em fonologia com o nome de **neutralização** (al. *Aufhebung*).

7. A nasalidade, que apreciaremos daqui a pouco, dessas vogais diante de consoante nasal na sílaba seguinte é um fenômeno fonético à parte.

O ponto mais impressionante da alofonia é o desaparecimento da vogal central baixa levemente anterior (clara ou não escura), que passa a abafada, ou seja, levemente posterior. Quanto à neutralização, ela é diversa segundo a modalidade de posição átona. Nas vogais médias antes de vogal tônica (**pretônicas**) desaparece a oposição entre 1º e 2º graus, com prejuízo daquele na área cujo centro é o Rio de Janeiro. Assim, há uma distinção, em posição tônica entre *forma* (com /ɔ/ tônico) e *forma* (com /o/ tônico): mas, não obstante, o adjetivo derivado do primeiro desses substantivos (*forma* com /ɔ/ tônico) é *formoso*, em que se tem /for/ por causa da posição átona (pretônica) da sílaba^{xii}.

Nas vogais médias não finais depois de vogal tônica (a primeira postônica dos proparoxítonos) há a neutralização entre /o/ e /u/, mas não entre /e/ e /i/. Aí, a grafia com <o> ou com <u> é uma mera convenção da língua escrita, pois o que se tem, na realidade, é /u/ (nos melhores poetas brasileiros *pérolas* rima com *cérula*, *estrídulo* com *ídolo* e assim por diante; CAMARA, 1953: 135s.). Ao contrário, há distinção entre /e/ e /i/, embora seja difícil encontrar pares opositivos mínimos (mas uma pronúncia */'numiru/, em vez de /'numeru/^{xiii}, para *número*, ou */'tɛpedu/, em vez de /'tɛpidu/, para *tépido*, é logo rechaçada). Já para a vogal átona final, seguida ou não de /s/ no mesmo vocábulo, há a neutralização entre /o/ e /u/ e entre /e/ e /i/. Assim, Bilac rima *Argus* com *largos*, *Vênus* com *serenos*, e um poeta catarinense^{xiv}, como Cruz e Souza, rima o lat. *clamavi* com *nave*, o it. *Bellini* com *define* (CAMARA, 1953: 129s.)⁸.

Há assim, independentemente de se tratar sempre a rigor de alofones posicionais do correspondente fonema tônico, três quadros de vogais átonas para o português do Brasil:

8. Em Portugal, a neutralização entre /e/ e /i/ dá /e/ expresso pelo alofone posicional [ə] (<e> neutro). Numa ou noutra área do Sul do Brasil não há a neutralização e, por exemplo, *jure* (de jurar) se opõe a *júri* (tribunal popular); mas os pares opositivos são em muito pequeno número.

1º quadro (vogais pretônicas):

altas	/u/		/i/
médias	/o/		/e/
baixa		/a/	
	posteriores	central	anteriores

2º quadro (primeiras vogais postônicas dos proparoxítonos, ou vogais penúltimas átonas):

altas	/u/		/i/
médias	/../		/e/
baixa		/a/	
	posteriores	central	anteriores

3º quadro (vogais átonas finais, diante ou não de /s/ no mesmo vocábulo)^{xv}:

altas	/u/		/i/
baixa		/a/	
	posterior	central	anterior

No registro informal do dialeto carioca, as oposições, no 1º quadro, entre /o/ e /u/, de um lado, e, de outro, entre /e/ e /i/, ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a da vogal tônica^{xvi}. Souza da Silveira, em termos fonéticos, tratou com acuidade do fenômeno (SILVEIRA, 1937: 355)^{xvii}, chamando-o **harmonização vocálica**. A rigor, diante de /i/ ou /u/ tônicos, /e/ e /o/ só aparecem com firmeza em vocábulos inusitados na linguagem coloquial e por isso não encontram num registro informal, como *fremir*, e alguns outros. A distinção entre *comprido* ('longo') e *cumprido* ('executado') é, por exemplo, praticamente gráfica, pois a pronúncia corrente, por causa da harmonização no primeiro vocábulo, é nos dois vocábulos /kuN'pridu/.

É uma situação semelhante que se repete com /e/ e /o/ pretônicos em hiato com um /a/ tônico, como nos infinitivos *voar*, *passoar* etc. O /i/ tende a substituir o /e/; e o /u/, o /o/, dando as pronúncias /vu'ar/, /pasi'ar/ etc. Em outros termos, as vogais altas **debordam** num e noutro caso as vogais médias correspondentes. É esse **debordamento** que Viggo Bröndal chama “cumulação”, uma variação, ou melhor, flutuação dentro do sistema, que atrofia ou hipertrofia elementos dele (BRÖNDAL, 1943: 20s.).

Não há neutralização por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, a oposição se recria para fins de clareza comunicativa, e, então, surge, por exemplo, /koN'pridu/, em contraste com /kuN'pridu/; ou /pe'ar/ (‘embarçar’), em contraste com /pi'ar/ (‘soltar pios’); ou /so'ar/ (‘fazer som’), em contraste com /su'ar/ (‘verter suor’), e assim por diante. Em segundo lugar, com uma interferência do plano morfológico, a vogal média pretônica mantém-se firme em vocábulos derivados, paradigmaticamente associados aos vocábulos primitivos em que ela é tônica. Há a pronúncia /sir'vis/, ao lado do mais raro /ser'vis/, para a 2ª pessoa plural do verbo *servir* (também dito /sir'vir/ mais comumente que /ser'vir/), mas só /ser'vis/, como o singular /ser'vil/, para o plural do adjetivo derivado de *servo* /'servu/^{xviii}. Analogamente, há /fu'lija/ (*folhinha*), para ‘calendário’, mas só /fo'lija/ para o diminutivo de *folha*.

19 O ESTATUTO DOS DITONGOS EM PORTUGUÊS

Resta uma derradeira posição átona para as vogais: a da chamada posição **assilábica**, quando a vogal, em vez de ser o centro da sílaba, fica numa de duas margens, como as consoantes. O resultado é uma vogal modificada por outra na mesma sílaba e constitui-se o que se chama o **ditongo**.

A descrição dos ditongos portugueses é uma parte da descrição dos tipos de sílaba em português, aos quais será dedicado um capítulo próprio neste livro. Desde já, entretanto, cabe apresentar duas questões preliminares referentes às vogais assilábicas^{xix}.

A primeira é a neutralização intensa que então se verifica. Todo o sistema vocálico passa a se resumir numa única oposição entre uma vogal anterior alta /i/, como em *pai* ou *sei* e uma vogal posterior alta /u/^{xx} como *pau* ou *seu*. Há em seguida para considerar se a vogal assilábica não é, na realidade, uma consoante em português, uma vez que funciona como tal. Dois fonólogos da língua portuguesa adotam essa solução: Morais Barbosa (BARBOSA, 1965: 182s.) e Brian Head (HEAD, 1964: 96), embora o último reconheça que foneticamente se trata de vogais.

Esta segunda questão parece, à primeira vista, um tanto secundária. Considerar as vogais assilábicas como fonemas consonânticos é aumentar o número das consoantes portuguesas, mas em compensação diminuir os tipos portugueses de sílaba que cabe descrever. O contrário acontece se as interpretamos como alofones posicionais vocálicos.

Há, entretanto, uma consideração que me parece preponderante em favor desta última solução. Quero referir-me à possibilidade de se encontrar um “r”^{xxi} brando depois de ditongo. Com efeito, esta consoante só existe em português entre vogais. Aí cria uma oposição com “r” forte, como já vimos nos pares *era:erra*, *caro:carro*, *foro:forro*, *coro:corro* e assim por diante. Já entre consoante e vogal, como em posição inicial, só há “r” forte (*guelra*, *Israel*, como *rato* etc.). Em face dessa propriedade fonêmica do “r” fraco, a sua presença entre ditongo e vogal, como em *Laura*, *eira*, *européu* e assim por diante, nos força a interpretar a vogal assilábica, mesmo em termos fonêmicos, como vogal (alofone assilábico de uma vogal) e, nunca, como uma consoante.

20 O ESTATUTO DA NASALIDADE VOCÁLICA EM PORTUGUÊS

Um problema análogo em português é o das chamadas “vogais nasais”.

A língua portuguesa se caracteriza, entre as línguas românicas, por uma emissão nasal das vogais muitas vezes. O mesmo fato se apresenta em francês, mas em condições fonológicas um tanto diversas, como veremos mais

tarde. Nas demais línguas românicas, o que a fonética apurada registra é uma leve nasalização de uma vogal em contato com uma consoante nasal da sílaba seguinte, no mesmo vocábulo. Já vimos que nessa posição as vogais portuguesas, no Brasil, sofrem uma redução, mesmo do seu quadro tônico, com [ɐ] abafado (levemente posterior) e a neutralização das oposições /ɛ:/e/ e /ɔ:/o/ em proveito das médias de 2º grau. Vemos agora que, como nas demais línguas românicas, também podem ficar nasaladas^{xxii}.

Mas não há equivalência entre as duas emissões nasais. O segundo tipo de nasalidade não funciona para distinguir formas, e não é, portanto, de natureza fonológica. É no que insiste com toda a razão o foneticista e fonólogo sueco Bertil Malmberg num seu livrinho clássico (MALMBERG, 1963: 37).

A ressalva tem muita importância porque o português, ao lado da nasalidade fonológica, também pode ter essa nasalidade ocorrente por assimilação à consoante nasal de uma sílaba seguinte. É preciso assinalar, portanto, que uma nasalidade como de *junta*, oposto a *juta*, ou de *cinto*, oposto a *cito*, ou de *lenda*, oposto a *leda*, e assim por diante, não se deve confundir com uma pronúncia levemente nasal da primeira vogal de *ano*, ou de *cimo*, ou de *uma*, ou de *tema* etc., em que o falante tende a antecipar o abaixamento do véu palatino, necessário à emissão da consoante na sílaba seguinte, e emite já nasalada a vogal precedente. Aí, não há oposição entre a vogal nasalada e a vogal, também possível, sem qualquer nasalização. Com a nasalização, ou sem ela, aparecerão sempre as mesmas formas vocabulares: *ano*, *cimo*, *uma*, *tema* etc.

A preocupação fonética naturalística que, mesmo inconsistentemente, se manifesta hoje, cada vez mais, no nosso ensino escolar, tem levado alguns autores a uma teoria das vogais nasais que inclui os dois casos.

A perturbação daí resultante é enorme, porque o falante espontâneo “não sente” no segundo caso uma nasalidade que não é funcionalmente válida. O gramático, à maneira da criada de Ali Babá, marca com cruz vermelha todas as portas e já não assinala o valor fonêmico das vogais nasais em português.

Diante de uma possível nasalação que é meramente mecânica e fonética (sem efeito para distinguir formas da língua) e uma nasalação que se opõe distintivamente a não nasalação, é preciso encontrar um traço específico que caracterize as vogais que são nasais em termos fonêmicos. São elas as únicas vogais nasais portuguesas que merecem tal classificação.

O meu ponto de vista, já antigo (CAMARA, 1953: 89s.), que ainda não foi aceito pacificamente, é que se deve procurar esse traço distintivo na constituição da sílaba. Em outros termos: a vogal nasal fica entendida como um grupo de dois fonemas que se combinam na sílaba – vogal e elemento nasal.

Dentro dessa interpretação, a vogal nasal portuguesa vai ser descrita aqui, quando chegarmos à descrição da sílaba, como se deve fazer para o ditongo, para os grupos de consoantes, para os grupos de vogal mais consoante.

Isto posto, procuremos apreciar o segundo tipo de fonemas portugueses, que já citamos: as consoantes.

21 AS CONSOANTES DO PORTUGUÊS

Também aí é preciso considerar a posição mais favorável ao desdobramento de todo o elenco de consoantes.

Essa posição é a de primeira consoante antes da vogal da sílaba. Como tal, pode ser intervocálica, separando duas sílabas, ou não intervocálica, quer em início de vocábulo, quer medial, depois de outra consoante da sílaba precedente.

As consoantes intervocálicas, em português, apresentam uma articulação um tanto enfraquecida pelo ambiente vocálico em cujo meio se acham. São por isso alofones posicionais das não intervocálicas correspondentes, de articulação muito mais firme. Em compensação, certas consoantes faltam em posição não intervocálica: “r” brando (/r/) e /k/ e /ŋ/ palatais, ou “molhados”, que, em posição intervocálica, figuram, por exemplo, em *aro*, *alho*, *anho*. Podemos dizer que em posição não intervocálica há uma

neutralização das oposições entre “r” forte e “r” brando; entre líquida dental /l/ e líquida palatal, ou molhada⁹, /ʎ/, e entre nasal dental /n/ e nasal palatal, ou molhada, /ɲ/, em proveito do primeiro membro de cada par. Há, apenas, exemplo de um ou outro vocábulo de /ʎ/ e /ɲ/ palatais, ou molhados (de origem estrangeira), em posição inicial, como *lhama* (‘animal andino’), oposto a *lama*, ou *nhata* oposto a *nata*. Mas não há nenhum “r” brando inicial e nenhuma das três consoantes se apresenta como medial não intervocálica^{xxiii}.

Partindo, portanto, da posição intervocálica, obtemos dezenove fonemas consonânticos portugueses, assinalados por numerosas séries opositivas. Eis um exemplo para cada série^{xxiv}:

/p/:/b/ <i>roupa:rouba</i>	/t/:/d/ <i>rota:roda</i>	/k/:/g/ <i>roca:roga</i>
/f/:/v/ <i>mofo:movo</i>	/s/:/z/ <i>aço:azo (ou assa:asa)</i>	/ʃ/:/ʒ/ <i>acho:ajo (ou queixo:queijo)</i>
/m/:/n/:/ɲ/ <i>amo:ano:anho</i>		
/l/:/ʎ/ <i>mala:malha</i>		
/r/:/ɾ/ <i>erra:era</i>		

O critério para as oposições distintivas poderia ser, evidentemente, qualquer outro com qualquer outra distribuição das dezenove consoantes entre si. O que aqui se escolheu partiu da distribuição usual, já referida,

9. Aplicação metafórica, que se iniciou em francês, pela associação entre o umedecimento e o seu efeito (amolecimento). As consoantes molhadas, também ditas “moles”, se opõem às “duras” (GRAMMONT, 1933: 79). O termo é hoje universal. O fenômeno decorre de uma **iotização** (intromissão de uma articulação /i/) nas consoantes duras, “obtida pela elevação da parte média do dorso da língua em direção ao palato duro” (VACHEK, 1960: 25).

em consoantes oclusivas, constrictivas, nasais, laterais e vibrantes. Nas oclusivas e constrictivas, opõe-se a consoante **surda** (quando não há vibração das cordas vocais) e a consoante **sonora**^{xxv} (quando há essa vibração). Em seguida alinham-se os pares a partir dos lábios até a parte extrema do fundo da boca, onde em cada ordem há articulação em português. Isto dá, para as oclusivas, em termos articulatórios estritos, a série labial, a série dental e a série **velopalatal** (pois /k/ e /g/ se articulam no véu palatino diante de /a/ ou vogal posterior, mas ao contrário no extremo final do palato duro, ou pós-palato, diante de vogal anterior). Para as constrictivas temos, analogamente, uma série labial (labiodental, articulada com a arcada dentária superior e o lábio inferior, e não com os dois lábios, como sucede com as oclusivas), dental (a rigor, alveolar, articulada com o pré-dorso da língua e os alvéolos, em vez de com a ponta da língua e os dentes superiores), palatal (com o médio-dorso da língua e o palato médio)^{xxvi}.

Nas demais ordens, só constituídas de consoantes sonoras, temos a nasal labial (articulada com os dois lábios), a dental (a ponta da língua junto aos dentes superiores) e a palatal (médio-dorso da língua com palato médio), em combinação com uma ressonância nasal pelo abaixamento da úvula e conseqüente ligação entre a boca e as fossas nasais. As duas outras séries não dispõem de articulação labial (em sentido estrito, os dois lábios; ou lato, a arcada dentária superior e o lábio inferior). São todas consoantes **linguais**, em que intervém a articulação da língua. A sua ponta toca os dentes superiores, ficando os seus lados caídos, ou, com o mesmo movimento dos lábios, o médio-dorso central da língua se estende no médio-palato, respectivamente, para as laterais /l/ e /ʎ/. Já nas vibrantes a língua vibra, quer num só golpe junto aos dentes superiores, para /r/ brando, quer, para o /r/ forte, em golpes múltiplos junto aos dentes superiores, ou em vibrações da parte dorsal junto ao véu palatino, ou em vez da língua há a vibração da úvula, ou se dá além do fundo da boca propriamente dita uma fricção faríngea.

22 UM OUTRO ARRANJO PARA AS CONSOANTES

Já vimos, entretanto, que essa divisão e conseqüente classificação das consoantes, embora usual, é por demais fonética, e, segundo a metáfora de Jakobson, traz para a fonologia a fonética “com pele e ossos, por assim dizer”.

Do ponto de vista fonológico, e auditivo antes que articulatorio, oclusivas e fricativas têm em comum a circunstância de serem francamente consonânticas (com um efeito auditivo de forte embaraço à corrente de ar, que nas oclusivas é o de uma plosão, e nas constrictivas o de uma fricção). Temos assim os fonemas consonânticos puros, plosivos e fricativos, respectivamente. As nasais, laterais e vibrantes se associam por uma combinação do consonântico com o vocálico (**sonântico**). Nas nasais há ressonância nasal; nas outras duas séries só há ressonância oral, diferindo entre si pelo ruído de oclusão parcial (/l/ e /ʎ/) e pelo de vibração (/r/ e /r/).

Além disso, como já vimos, há a câmara oral de ressonância indivisa, voltada para fora nas labiais, e voltada para dentro, nas **pósterio-linguais** (ou posteriores abreviadamente). E há a câmara de ressonância oral dividida em duas partes, com uma oclusão ou uma constrição na parte anterior da boca. Isto nos dá as consoantes **não linguais**, que só se encontram entre as oclusivas (ou melhor, plosivas), entre as constrictivas (ou melhor, fricativas) e nas nasais (/m/). Dá-nos ainda as consoantes anteriores (câmara de ressonância dividida em duas partes) e as posteriores (câmara de ressonância una, voltada para dentro). As consoantes anteriores são claras, como vimos, com Helmut Lüdtkke, suceder com as vogais anteriores. As consoantes labiais (câmara de ressonância una, voltada para fora) e as posteriores (câmara de ressonância una, voltada para dentro) são escuras ou abafadas.

Se admitirmos como normal no português hodierno o /r/ forte não dental múltiplo, ele é uma consoante posterior, oposta ao /r/ brando. Por outro lado, considerando o ponto extremo da câmara de ressonância como indo desde o palato médio até a parte mais funda da boca, classificaremos como posteriores a nasal e a lateral palatal (/ɲ/ e /ʎ/), respectivamente.

Tudo isso nos dá um quadro das dezenove consoantes portuguesas em grupos triangulares como *propus*, sem tão longas considerações, desde 1948 (CAMARA, 1953: 104); separando, nas plosivas e fricativas, as surdas das sonoras:

/p/	/b/	/f/	/v/	/m/		
/t/	/d/	/s/	/z/	/n/	/l/	/r/
/k/	/g/	/ʃ/	/ʒ/	/ɲ/	/ʎ/	/r/

23 CONSOANTES EM POSIÇÃO NÃO INICIAL

O quadro das consoantes^{xxvii} se simplifica drasticamente quando a consoante é o segundo elemento de um grupo consonântico pré-vocálico.

Aí só figuram as laterais e vibrantes anteriores. Criam-se então contrastes, como entre *bloco:broco* ('1ª pes. ind. pres. do verbo *brocar*'), *atlas:atras* ('fem. pl. de *atro*'), *clave:crave* ('subj. de *cravar*'), *fluir* ('correr'): *fruir* ('gozar'). Os demais grupos, que entram em vocábulos estrangeiros no português do Brasil, logo se desfazem, com a intercalação de uma vogal, como *sinuca* (do ing. *snooker* 'um tipo de jogo de bilhar'), *sulipa* (ing. *sleepers* 'dormente de estrada de ferro'). Há, apenas, mesmo no registro formal a possibilidade de um grupo inicial /st/ (como no verso de Castro Alves "Stamos em pleno mar", em que o verbo inicial é um dissílabo) e na oposição (não um par distintivo mínimo) entre o nome próprio feminino *Stela* e o substantivo *estrela*.

Um e outro contraste são muito precários nos dialetos sociais inferiores e mesmo num registro muito familiar. Então, no grupo /st/ suprime-se o /s/ inicial (tornando-se homônimos, por exemplo, a forma verbal *teve* do verbo *ter* e *esteve* do verbo *estar*, naqueles, e, neste, reduzindo-se a *tá*, como equivalente de *sim*, a forma verbal *está*, ou seja, *está combinado*). Nos grupos de líquida como segundo elemento consonântico, há nos dialetos sociais populares o rotacismo do /l/, que o muda em /r/.

Em posição pós-vocálica, pode parecer, por insinuação do uso da língua escrita, que há a possibilidade de muitas consoantes, como sugerem as

grafias *ritmo*, *apto*, e assim por diante. Mas é uma ilusão, como veremos ao apreciar a estrutura da sílaba, em particular no português do Brasil.

Na realidade, as únicas consoantes pós-vocálicas possíveis são as líquidas (*mar*, *mal*) e as fricativas não labiais (*pasta*, *rasgo*, *folhas* etc.). Ainda assim, há duas circunstâncias que limitam a dupla possibilidade^{xxxiii}.

Em primeiro lugar, o /l/^{xxxix} pós-vocálico é posterior por alofonia posicional. Isto quer dizer que, além do movimento da ponta da língua junto aos dentes, há um levantamento do dorso posterior da língua para junto do véu palatino, dando o que provavelmente os gramáticos latinos chamavam^{xxx} “<l> *pinguis*” ou “gordo”. Daí decorre uma mutação, que em linguística diacrônica se chama a **vocalização** da consoante: cessa a elevação da ponta da língua junto aos dentes, a elevação posterior do dorso da língua não chega a interromper a corrente de ar, e há um concomitante leve arredondamento dos lábios. O resultado é um /u/ assilábico, e *mal* torna-se homônimo de *mau*, *vil* de *viu* e assim por diante. Em outros termos, desaparece da língua o /l/ pós-vocálico, ficando como tal, apenas, entre as líquidas o /r/^{xxxix} (que no português do Brasil é então do tipo “forte” – velar, uvular ou faríngeo).

Em segundo lugar, as quatro sibilantes portuguesas se reduzem a uma única, ou antes a duas, mas a neutralização da oposição entre elas fica:

- a) surda diante de pausa ou de consoante surda (ex.: *apanhe as folhas!* /a'pãŋIas'fołas/);
- b) e sonora diante de consoante sonora (ex.: *que rasgão!* /kiraz'gauN/^{xxxii}).

Quanto à oposição entre consoante anterior (ou seja, sibilante) e posterior (ou seja, chianta), ela cessa em proveito de uma das modalidades, conforme o dialeto regional. É um *shibboleth*¹⁰ entre o português do Rio

10. “Palavra que serviu como teste para distinguir os Efraimitas dos Gibeonitas” [na Judeia antiga]. “Os homens de Jeftá ocupavam o passo do Jordão, com ordens de não deixar nenhum Efraimita cruzá-lo. O Efraimita que tentasse cruzá-lo era intimado a dizer Shibboleth [<sh> = /ʃ/] que pronunciava Sibboleth” (*The Modern Encyclopedia*, edited by A.H. McDonnald, 1934: 1082).

de Janeiro e quase todo o resto do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul: ali se tem a chiente (surda ou sonora segundo a posição acima comentada); aqui se tem a sibilante (também surda ou sonora nas mesmas condições). Podemos então falar numa neutralização entre as quatro consoantes em proveito de um único traço distintivo permanente: a fricção produzida pela língua. O resultado de uma neutralização é o que Trubetzkoy e seus companheiros do Círculo Linguístico de Praga popularizaram com o nome de **arquifonema**, “simbolizado pelo fonema não marcado” de uma oposição (VACHEK, 1960: 18). A sua representação convencional em transcrição fonêmica é pela letra do fonema não marcado em maiúscula; no nosso caso, /S/.

É também como arquifonema nasal (só marcado pela ressonância nasal e não pelas modalidades do embaraço na boca) que, como já aludimos, convém postular fonemicamente o elemento consonântico nasal pós-vocálico, nas chamadas vogais nasais portuguesas, cuja transcrição fonêmica fica, pois, /aN/, /eN/, /iN/, /oN/, /uN/^{xxxiii}.

Nessas condições, podemos agora levantar o quadro das consoantes portuguesas em posição pós-vocálica:

Consoantes pós-vocálicas			
/S/	/N/	(/l/)	/r/

No capítulo seguinte, sobre as estruturas da sílaba portuguesa, apreciaremos de espaço a distribuição dos fonemas assilábicos, marginais da sílaba (vogais assilábicas e consoantes) em volta do centro da sílaba ou vogal silábica.

NOTAS DOS EDITORES

Parte primeira

- i. Em todas as edições: *de quem fala e quem ouve*.
- ii. Na primeira edição lia-se *como o adendo*.
- iii. Na tradução em livro que o próprio Mattoso Camara fez, encontramos “pele e pelos”. A expressão do texto original de Jakobson era *Mit Haut und Haare*.
- iv. Mantivemos aqui a paragrafação da primeira edição, alterada pela última edição.
- v. Na redação original: *...há a passagem do ar*, que foi alterada para manter a coerência sintática.
- vi. No original, tínhamos: *Isto dá para as consoantes: 1) ordem de oclusivas (auditivamente plosivas); 2) constritivas (auditivamente fricativas)* e assim sucessivamente. A expressão *ordem de* foi deslocada para manter o paralelismo sintático.
- vii. Na redação original: LEMLE, 1960: 33.
- viii. Na primeira e demais edições, havia *e* e não *a*, como se propõe nesta edição.
- ix. Na edição original, aparece grafado *não-escura*. A ortografia foi modernizada, neste e em todos os casos subsequentes do mesmo uso, retirando-se o hífen.
- x. No texto original, o primeiro quadro de vogais era repetido. Optamos por excluí-lo aqui, para efeito de clareza.
- xi. No original, *Aí é bastante diferente o vocalismo do português europeu (na base do dialeto de Lisboa) e o do português brasileiro (...)*. A concordância foi alterada para fins de maior clareza na passagem.
- xii. A paragrafação foi alterada para dar mais clareza ao texto.
- xiii. Neste momento mantivemos a transcrição original de Mattoso Camara, não assinando o “r” brando com o símbolo adequado, uma vez que apenas após fazer a distinção na seção 21 é que o autor usará símbolos diferentes para os dois fonemas róticos. Cf. a propósito nota viii.
- xiv. No original, paranaense.
- xv. Por coerência, optamos por manter a classificação por zona de articulação nos quadros.
- xvi. Nas edições anteriores lia-se: *No registro informal do dialeto carioca, as oposições, no 2º quadro, entre /o/ e /u/, de um lado, e, de outro, entre /e/ e /i/ ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a da vogal tônica quando esta é átona*.
- xvii. Na redação original: SILVEIRA, 1939: 355.
- xviii. A redação da primeira edição era a seguinte: *Há a pronúncia /sirvis’/, ao lado do mais raro /servis’/ [na última edição /sirvis’/], para a 2ª pessoa plural do verbo servir (também dito /sirvir’/ mais comumente que /servir’/), mas só /servis’/, como /servil’/, para o plural, como o singular, do adjetivo derivado de servo/sèr’vu/*.
- xix. A paragrafação da edição original foi alterada, para produzir maior coesão.
- xx. /u/ não consta da obra original.

xxi. Na primeira edição, temos /r/ *brando* e, três linhas depois, /r/ *forte*. É apenas na seção 21 que o autor diferenciara os dois fonemas por meio de um diacrítico. Optamos, assim, por utilizar a letra entre aspas neste momento, para preservar a coerência da análise fonológica do autor, sem antecipar a especificidade de que tratará em seguida.

xxii. Alteramos a paragrafação da primeira edição para dar mais transparência ao texto.

xxiii. Na primeira e demais edições: *e nenhuma das três consoantes se apresentam como mediais não intervocálicas*.

xxiv. Na primeira edição o arranjo gráfico, sem muitos recursos, indicava a disposição segundo o modo de articulação. A última edição desconsiderou isso, omitindo o fonema /n/ da série nasal. Procuramos restituir o texto ao seu espírito original.

xxv. Na edição original, não há artigo no segundo sintagma da coordenação: *Nas oclusivas e constrictivas, opõe-se a consoante surda (quando não há vibração das cordas vocais) e consoante sonora*.

xxvi. A paragrafação original foi alterada para dar maior clareza ao texto.

xxvii. Na primeira edição, tinha-se: *Este quadro*, redação que foi alterada por conta da separação maior entre as seções que foi adotada nesta edição.

xxviii. A estrutura de paragrafação da primeira edição foi alterada aqui para fins de clareza.